



IAB INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

EXMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS
BRASILEIROS

Indicação. Projeto de Lei nº 1112/2023 da Câmara dos Deputados. Acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Indicante: Marcia Dinis.

Palavras-chave: execução penal; progressão de regime; homicídio; agente de segurança.

O Projeto de Lei nº 1112/2023, de autoria do Deputado Federal Alfredo Gaspar (UNIÃO-AL), propõe condicionar a progressão de regime ao cumprimento de 80% da pena total cominada em casos de condenação por homicídio qualificado na forma do artigo 121, parágrafo 2º, inciso VII do Código Penal.

Passariam a ter o cumprimento da pena regido pela nova norma, portanto, aqueles condenados por homicídio cometido “*contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição*”.

A proposta importaria tal mudança por meio do acréscimo do inciso IX ao artigo 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, na seguinte forma:



Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

I - 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;

II - 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;

III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

IV - 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário;

VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:

a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;

b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou

c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada;

VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;

VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

IX - 80% (oitenta por cento) da pena, se o apenado for condenado por homicídio contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

Por tratar-se de casos de homicídio qualificado – considerados, portanto, crimes hediondos, conforme a previsão do artigo 1º, inciso I, parte final, da Lei nº 8.072/90 –, os condenados contemplados pelo Projeto de Lei



têm, hoje, direito à progressão de regime a partir do cumprimento de 50% da pena, se primários; 60% da pena, se reincidentes na prática de crime hediondo; ou 70% da pena, se reincidentes em crime hediondo com resultado morte (inciso VI, alínea *a*; inciso VII; e inciso VIII do artigo 112 da Lei de Execuções Penais, respectivamente).

A proposta legislativa sugere o agravamento das condições para progressão de regime, independentemente de ser o apenado primário ou reincidente.

A justificativa do Projeto de Lei aduz que “os crimes cometidos contra autoridades públicas já são mais graves por si só” e que “tais crimes têm sido mais frequentes, com as organizações criminosas tentando enfrentar o aparato estatal para poderem praticar crimes sem a interferência de autoridades”.

O autor da proposta enfatiza, ainda, que a data de sua apresentação marca vinte anos da repercutida morte do juiz Antônio José Machado Dias por integrantes do crime organizado, e narra contornos chocantes desse episódio e de outras situações recentes que legitimariam o clamor por endurecimento das normas penais em casos de ataques a autoridades públicas.

Além do aparente populismo penal que caracteriza o PL, é possível verificar no texto de sua justificativa uma aposta na prevenção geral negativa como fundamento da pena, quando elenca como um de seus pretendidos resultados o desestímulo à prática de delitos contra o aparelho estatal.

O Projeto foi apresentado em 14 de março de 2023 na Câmara dos Deputados, onde está pendente de apreciação. Por ora, inexistem emendas ou substitutivos.



IAB *INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*
NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

O tema é de alta relevância pública e jurídica, a respeito do qual o IAB deve se pronunciar. Desse modo, encaminho a V.Exa a presente como INDICAÇÃO, esperando que, submetida ao Plenário e uma vez reconhecida a sua pertinência, seja encaminhada para a Comissão de Criminologia para a elaboração do parecer pertinente.

Marcia Dinis

Indicante